

“NÓS GUARANI KAIOWÁ REZAMOS PARA A TERRA E AS SEMENTES”: A MEMÓRIA ANCESTRAL PELA VIDA FRENTE À OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO

"WE GUARANI KAIOWÁ PRAY TO THE LAND AND THE SEEDS": THE ANCESTRAL MEMORY FOR LIFE IN THE FACE OF THE AGRIBUSINESS OFFENSIVE

"LOS GUARANI KAIOWÁ REZAMOS A LA TIERRA Y A LAS SEMILLAS": MEMORIA ANCESTRAL PARA LA VIDA FRENTE A LA OFENSIVA DEL AGRONEGOCIO

Gislaine Monfort

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
gislainecmonfort@gmail.com

Germano Lima Alziro

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
germanolimaalziro@gmail.com

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
julianamota@ufgd.edu.br

RESUMO

A intensificação do avanço do neoextrativismo e dos megaprojetos tem gerado um processo de Estado de Exceção contra os povos e os territórios indígenas. Um dos dispositivos utilizados para alavancar esse modelo são as normativas promovidas pelo pacto político estatal-empresarial que beneficia a elite agrária e política do país. Este artigo analisa as práticas necropolíticas do Estado brasileiro durante a pandemia da Covid-19 a fim de contrapor os discursos hegemônicos, refletindo por um lado como o Estado priorizou o neoextrativismo, notadamente o agronegócio em meio a maior crise de saúde global. Por outro lado, analisamos a importância da resistência autônoma indígena em defesa da vida dos povos e de seus territórios em diferentes escalas organizativas. Utilizamos a revisão narrativa, a análise de documentos-chaves do Movimento Indígena e entrevistas construídas entre 2020 e 2022. Os caminhos pavimentados pelos povos, evidenciam como as ações coletivas em defesa da vida, da sociobiodiversidade e do território formam caminhos e horizontes imprescindíveis para o enfrentamento à crise sistêmica propagada pelas fronteiras do capital.

Palavras-chave: Covid-19. Degradação ecológica. Povos originários. Neoextrativismo. Violência de Estado.

ABSTRACT

The intensification of the advance of neoextractivism and mega-projects has generated a State of Exception process against indigenous peoples and territories. One of the devices used to leverage this model are the regulations promoted by the state-business political



pact that benefits the country's agrarian and political elite. This article analyzes the necropolitical practices of the Brazilian state during the Covid-19 pandemic in order to counter hegemonic discourses, reflecting on the one hand how the state prioritized neoextractivism, notably agribusiness amidst the greatest global health crisis. On the other hand, we analyze the importance of indigenous autonomous resistance in defense of peoples' lives and their territories in different organizational scales. We use narrative review, analysis of key documents of the Indigenous Movement, and interviews constructed between 2020 and 2022. The paths paved by the peoples show how collective actions in defense of life, socio-biodiversity and territory form paths and indispensable horizons for confronting the systemic crisis propagated by the frontiers of capital.

Keywords: Covid-19. Ecological degradation. Native peoples. Neoextractivism. State violence.

RESUMEN

La intensificación del avance del neoextractivismo y los megaproyectos ha generado un proceso de Estado de Excepción contra los pueblos y territorios indígenas. Uno de los dispositivos utilizados para apalancar este modelo son las regulaciones promovidas por el pacto político Estado-empresa que beneficia a la elite agraria y política del país. Este artículo analiza las prácticas necropolíticas del Estado brasileño durante la pandemia del Covid-19 para contrarrestar los discursos hegemónicos, reflejando, por un lado, cómo el Estado priorizó el neoextractivismo, especialmente el agronegocio en medio de la mayor crisis sanitaria mundial. Por otro lado, analizamos la importancia de la resistencia autónoma indígena en defensa de la vida de los pueblos y sus territorios en diferentes escalas organizativas. Utilizamos revisión narrativa, análisis de documentos clave del Movimiento Indígena y entrevistas construidas entre 2020 y 2022. Los caminos recorridos por los pueblos muestran cómo las acciones colectivas en defensa de la vida, la socio-biodiversidad y el territorio forman caminos y horizontes esenciales para enfrentar la crisis sistémica propagada por las fronteras del capital.

Palabras clave: Covid-19. Degradación ecológica. Pueblos indígenas. Neoextractivismo. Violencia del Estado.

INTRODUÇÃO

Sin embargo, a todo riesgo, les proponemos una reflexión conjunta para una rebelión unida; es decir, (...) intentar juntos la construcción de caminos para rebelarnos como un solo nosotros (QUINTERO WEIR, 2016, p. 24)

O neoextrativismo enquanto um modelo de saque a biodiversidade e aos territórios ancestrais está situado nos marcos das novas ofensivas de acumulação do capital e não somente refere-se a atividades tipicamente de extração de minérios, mas envolve também o agronegócio, petróleo, gás e biocombustíveis (SVAMPA, 2019). Além disso, compõe um pacto político e um projeto econômico que se materializa em uma guerra sistemática contra os territórios indígenas e contra todas as formas de vida no planeta.



Partimos da compreensão do agronegócio (como uma das formas de neoextrativismo) enquanto um agente que cria as condições que geram o surgimento de novos patógenos e como um eixo da propagação de doenças tal como ocorreu com a Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Vozes de xamãs, anciãs e anciões, de mulheres conselheiras de diversas organizações de base e de outras lideranças comunitárias, denunciam uma vez mais o projeto político que institui um processo contínuo de desterro, violência sistemática, saque à biodiversidade e emergência de novas doenças que estão vinculadas à destruição massiva da diversidade de territórios e ecossistemas. São vozes que ressaltam ainda a retomada dos territórios, dos conhecimentos e das ecologias ancestrais na luta em defesa da vida. Colocam em destaque o discurso cosmopolítico sobre o predatismo colonial-capitalista, o planeta e a multiplicidade de vida como a fauna, a flora, os guardiões e divindades da qual somos parte. Essa multiplicidade de vida abre possibilidades para repensar o lugar que a ecologia, o político e o território têm no processo de manutenção da vida.

Os impactos da ascensão da crise sanitária mundial na América Latina estiveram articulados às insistentes ofensivas da violência e corporativismo estatal-agroempresarial contra as Terras Indígenas. Diversos dispositivos e mecanismos institucionais foram articulados a fim de impulsionar o aprofundamento de invasões de terra, de despejos, o aumento do desmatamento e a criminalização das lutas territoriais (MONFORT, 2022)

No Brasil os povos originários tiveram de fazer o enfrentamento à agudização da violência de Estado e aos ataques constantes aos seus territórios por parlamentares, garimpeiros, empresários e ruralistas, ao mesmo tempo que enfrentavam os impactos da pandemia em um país que vivenciou um dos piores cenários de contágios e óbitos. Conforme dados oficiais foram mais de 695.000 mortes até o final de 2022/início de 2023, sem levar em consideração as subnotificações de mortes (BRASIL, 2022).

O país enfrentou concomitantemente o aumento da fome, do desemprego, a falta de um auxílio de renda justo e um índice alarmante do aumento de pessoas em condição de vulnerabilidade extrema, além dos constantes despejos de moradia, ataques contra quilombos, territórios camponeses, Terras Indígenas e territórios retomados/autodemarcados.

O Estado que banalizou a pandemia é o mesmo que priorizou o projeto de abraçar



as *commodities* em meio às mortes evitáveis e ao aumento do flagelo da fome (MALHEIRO et al., 2020). Diante desse cenário, os povos originários em distintos territórios, fortaleceram ações coletivas em suas bases comunitárias tendo como centralidade seus próprios conhecimentos, ciências, medicinas tradicionais e formas de autogestão territorial e ambiental. O que estamos entendendo aqui como conhecimentos tradicionais está situado na diversidade de modos de pensar o mundo, a saúde, a doença nas dimensões da espiritualidade, da política, da cosmologia e por meio do conjunto de saberes, técnicas e métodos que permeiam as medicinas ancestrais e o cuidado comunitário. De modo que, “há pelo menos tantos regimes de conhecimento tradicional quanto existem povos” (CARNEIRO DA CUNHA, 2007, p. 78).

Com essa compreensão, o contexto de pandemia não pode ser pensado sem a reflexão crítica sobre as relações históricas entre o monopólio da violência, o espaço, poder e resistência, nem mesmo sem as dimensões étnico-raciais, de gênero, raça, classe e como isso afeta as relações socioespaciais.

Este trabalho foca nas experiências compartilhadas pelos povos Kaiowá e Guarani que fortaleceram ações coletivas em seus *tekoha* (território ancestral/lugar ‘onde se é’) diante da ascensão da Covid-19 (sobretudo em 2020 e 2021) e frente ao aprofundamento da violência de Estado. Nesse contexto, tiveram de enfrentar por um lado, a expansão da pandemia e por outro, os ataques de ruralistas, parlamentares e a superexploração do trabalho nas agroindústrias, as quais constituíram o cerne do contágio entre os povos no sul de Mato Grosso do Sul, assim como em outros estados da região sul do país.

Com essa abordagem articulamos a participação observante (ALBERT, 2014), as entrevistas semiestruturadas (GOLDENBERG, 1999; DUARTE, 2004) e a análise de comunicados construídos pelas organizações de base, conselhos e movimentos, os quais foram publicados em grupos e redes de mídia independente local e nacional. As entrevistas foram realizadas através de ferramentas que nos permitiram dialogar com as/os interlocutoras e interlocutores por meio de plataformas possíveis de uso em contexto de Covid-19. Posteriormente, em alguns casos, com pessoas que estavam mais próximas em ocasiões que permitiram o cuidado através das medidas de biossegurança. Esse processo foi construído e realizado junto a interlocutoras e interlocutores que vivem nos *tekoha* Guyra Kambi’y que está situado próximo ao município de Douradina, do *tekoha* Panambizinho e *tekoha* Nhu Vera I no município de Dourados.



Os manifestos construídos pelas organizações de base indígenas expressam os discursos políticos, as denúncias e reivindicações que envolve diferentes gerações, demandas, alteridades e processos de autonomia, constituindo-se como referências para compreensão das múltiplas dimensões das resistências e formas de cuidado coletivo.

A POLÍTICA DO DESTERRO, AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO E A LUTA PELA VIDA COMO UMA REIVINDICAÇÃO ANCESTRAL

O contexto de intensas mudanças nas dinâmicas ecológicas em escala global nos deixou um legado (entre outros tantos) de destruição massiva de ecossistemas diversos e de profundos impactos relacionados a crise sanitária mundial, a qual representa uma “das novas cepas de patógenos que subitamente surgiram como ameaças aos seres humanos neste século (WALLACE, 2020, p. 527)”. Essas novas cepas de patógenos são comumente reconhecidas como doenças do antropoceno ou capitaloceno, mas a reflexão envolve considerar elementos que vão além dos desequilíbrios dos fluxos de matéria e energia da biosfera.

Os tempos de catástrofes trazem à tona que o que fundamenta a entropia planetária da política neoliberal e neoextrativista que vulnerabiliza diversas formas de vida. O que está posto com o debate sobre o antropoceno ou capitaloceno não é a constatação da atividade humana enquanto uma força geológica, mas a certificação de como a ordem neoliberal e neoextrativista tem gerado zonas de sacrifício como regra (LEFF, 2009; STENGERS, 2015; FIGUEIRÓ, 2021).

Um fator importante a ser considerado nessa reflexão é a engrenagem do agronegócio globalizado (ELIAS, 2011) como dimensão central para pensar o processo territorial, socioecológico e político que gera as condições para um caldeirão de patógenos. Muitos estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) têm demonstrado que cerca de 70% das doenças que surgiram nos últimos 50 anos tem semelhanças na origem relacionada à animais silvestres, zoonoses e à dinâmica dos sistemas produtivos capitalistas (WALLACE, 2020).

A pesquisa de Wallace (2020), biólogo evolutivo e filogeógrafo, sobre a pandemia e o agronegócio evidencia que a emergência de novos patógenos não possui uma expressão apenas biológica, mas são também processos socioespaciais. Os recentes patógenos surgiram, em outros fatores, como resultado do saque e da destruição massiva



à biodiversidade, aos territórios e ecossistemas saudáveis, sobretudo através do agronegócio e do sistema alimentar agroindustrial. Muitos desses territórios e ecossistemas cultivados e manejados por povos originários e outros povos tradicionais.

A transformação da terra em ativo financeiro com as redes de relações ecossistêmicas e os circuitos que o capital e o Estado manipulam em proveito próprio, formam o cerne da evolução de novas cepas. As mudanças estruturais ocasionadas pelo neoliberalismo não representam somente um mero pano de fundo no qual a emergência de novos patógenos se materializa, se constituem como o próprio estado de emergência (WALLACE, 2020). Aí a importância de pensar que há uma relação dialética entre o âmbito ecológico, político, socioeconômico e territorial.

Os circuitos do capital produzem uma profunda alteração geo-sociometabólica sobre o planeta Terra instituindo ao longo do tempo um processo de colapso da multiplicidade territorial e da biodiversidade inerentes às agro-culturas humanas. Suscitando a tentativa de apagamento da diversidade em termos espaciais, de cultivos, nutrientes, de saberes e de tecnologias sociais/ancestrais de manejo do solo. Fatores que remontam a destruição de florestas tropicais e outras áreas ecossistêmicas através do saque massivo à terra, as águas, florestas e a todos os elementos que permitem a reprodução da vida em suas múltiplas dimensões.

A neoliberalização da economia com as práticas do sistema do agronegócio e a globalização das cadeias de produção e consumo de alimentos agroindustriais, atrelado ao processo de criação intensa de animais concentrados em espaços minúsculos, se tornam uma máquina de novos híbridos de vírus que se distribuem amplamente (MACHADO ARÁOZ e PAZ, 2016; KRSTULOVIC e CAM, 2020). O que revela a dimensão do papel da biodiversidade e do território na dinâmica capitalista.

O estado político e ecológico do mundo neste século expressa os profundos transtornos derivados da política neoliberal e neoextrativista. A maior parte do desmatamento nas florestas tropicais do mundo tem sido fomentado principalmente pela expansão de quatro *commodities*: soja, carne bovina, óleo de palma e produtos de madeira (VITTOR et al., 2020). Nessa ofensiva, a expansão de zonas de sacrifício está no cerne da ordem neoliberal.

Para os povos Kaiowá e Guarani esse processo de degradação e expansão de zonas de sacrifício é, comumente, associado ao *karaí reko* como categoria nativa que expressa



a crítica ao modo de ser/viver/produzir dos não indígenas e à estrutura de poder colonial-capitalista. Esse contexto é marcado pelas inúmeras narrativas que evidenciam os profundos impactos territoriais e ambientais aos *tekoha*, à floresta (*ka'aguy*) e à diversidade de seres vivos. Da reflexão sobre a violência colonial e da destruição massiva emerge também a crítica substancial à pandemia:

Para nós Kaiowá, essa praga veio através dos brancos (...). Outra coisa, é que os brancos desmataram tudo as florestas, essa é a grande preocupação dos Kaiowá. Teve muito desmatamento e aquecimento global, isso seria como o extermínio da natureza. Mostrei para uma anciã que a doença foi transmitida por um animalzinho que é tipo um tatuzinho né? E esse animalzinho espalhou essa doença. Mas foram os seres humanos que quase exterminaram essa criatura, aí o dono dessa criatura que mandou a doença. Para os Kaiowá, aquela reza que fizeram, aconteceu, e o dono desse bicho atendeu, os Kaiowá falam que foram os filhos da serra né? Não tem aquela montanha na China? E na montanha tem esses donos, talvez esses donos tenham visto muitos de seus animais morrerem. Aí já espalharam a doença que seria como uma fumaça – *umu hatantĩ*, e começa em um lugar e depois vai se espalhando. Isso que os Kaiowá já pensavam, já sabiam, que o extermínio dos animais e da mata causado pelos brancos levaria a isso (Kunumi Poty Rendy'i - *Tekoha* Guyra Kambi'y, informação Verbal, 2020).

Para nós (...) a pandemia tem duas maneiras de pensar, muitos indígenas anciões, antes de morrer, já faziam o *jehovasa* é para tirar as coisas más que tinham acontecido com os Kaiowá nos conflitos de terra que existem desde as invasões. É o *jehovasa* que espantava o mal. Por isso fazem por muitas décadas o *jehovasa*. Aí eu pesquisei, e vimos que esse animal já estava correndo risco de extinção, né? Isso é uma grande preocupação. Nós Kaiowá, quando caçamos um animal para comer, nós pedimos para o dono a autorização para pegar o animal, com isso você terá mais sorte de encontrar os animais e eles também poderão se reproduzir bem. Mas parece que lá onde surgiu a doença, eles matavam e não pediam permissão para o dono, então o que ele fez: como o dono viu muito de seus animais morrerem, ele fez isso aí espalhou essa doença. Por isso, os Kaiowá quando vão à caça, eles não matam sem pedir permissão. E, a natureza também vê muita destruição, ela também pede autorização para aquele dono mandar a doença. Porque a natureza é todos os *jára*. E outro ponto, é a destruição da mata, e com isso a natureza tem uma vingança, nós já ouvimos falar que é muito raro os animais pegarem o coronavírus, porque a natureza se revoltou com a destruição, e só mandou para os humanos. Por isso, os Kaiowá falavam que tinha que fazer o *jehovasa* para não pegar a doença. E o dono da doença é um *jára* daquele animalzinho. Então as principais coisas para pensar a pandemia é o *jehovasa* que os antigos já faziam; a destruição da natureza pelos *karái* e é por isso os Kaiowá chamam de *karái mba'asy* – doença dos brancos, porque doença não chegou primeiro pelos indígenas, a doença chegou primeiro para os 'brancos' (Kunumi Poty Rendy'i - *Tekoha* Guyra Kambi'y, informação Verbal, 2020).

A pandemia nessa crítica se articula como efeito das zonas de sacrifício produzidas pelas ofensivas coloniais e de caráter extrativo associada à profecia cosmológica sobre a degradação da terra, anunciada como um manifesto político através do qual o discurso se constitui contra as ações dos *karaí*. Os guardiões respondem aos sentidos de destruição com o surgimento de doenças, processos que revelam as dimensões de uma tragédia que emerge do saque aos territórios de vida. No discurso cosmopolítico de muitos xamãs a pandemia já era uma doença anunciada.

Diante da ascensão da Covid-19 os povos originários tiveram de fazer o enfrentamento às instâncias do Estado e a agudização dos projetos genocidas e ecocidas que estavam no centro das prioridades do governo. Na implementação desses projetos, o genocídio é uma consequência concreta, tornando-se algo tacitamente legalizado como prática sociopolítica (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

O Estado brasileiro fomentou o aprofundamento da violência sistemática contra as Terras Indígenas e os territórios retomados/autodemarcados, além de estabelecer o completo desmantelamento e desmonte da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e de órgãos de proteção ambiental. Presenciamos o aprofundamento da militarização da política com a ocupação de capitães, fuzileiros navais, paraquedistas, tenentes e coronéis na maioria das coordenações regionais e espaços de saúde, além das tentativas de municipalizar e privatizar o subsistema de saúde indígena.

Entre os projetos voltados aos interesses da elite agrária e política está o PL 490/2007, elaborada e alavancada pela bancada ruralista atrelada aos interesses que compõe a tese do ‘marco temporal’, constituindo-se como um projeto de ataque direto à autonomia dos povos e prevê alterações nos processos de demarcação. Além disso, o projeto articula a abertura para os grandes empreendimentos, acirrando uma problemática antiga que tem tomado grande proporção e que tem sido amplamente discutida e combatida pelo Movimento Indígena em vários contextos territoriais, como o avanço do arrendamento.

As novas ofensivas do arrendamento se expressam como um mecanismo instituído pelo ruralismo com interesse no avanço de megaprojetos e infraestrutura, à exemplo de rodovias e ferrovias, para escoamento das *commodities* do agronegócio. No cerne dessa política e projeto estatal-empresarial, está a intensificação da criminalização e violência sistemática contra os povos e territórios indígenas através de contínuos processos de



expropriação, perseguições e vulnerabilização territorial e ambiental, fatores que formam o conjunto de estratégias para aprofundar o regime contínuo de despossessão, genocídio e ecocídio.

Nesse contexto, ganharam impulso megaprojetos como o Corredor Bioceânico, que interliga o Brasil com os portos chilenos por meio do estado de Mato Grosso do Sul a fim de articular saídas pelo Pacífico. Em conjunto a esses projetos integracionistas, está também o projeto de implementação da ferrovia Nova Ferroeste, considerada o segundo maior corredor para o escoamento de grãos do país, um projeto vinculado à dinâmica contemporânea de expansão do capital que objetiva a conexão entre Maracaju/Dourados no estado de Mato Grosso do Sul até o Porto de Paranaguá no litoral paranaense. O projeto impacta diretamente os territórios kaiowá e guarani, territórios de outros povos originários, assim como territórios quilombolas e de povos camponeses. Além de afetar corredores ecológicos que permeiam a Bacia do Prata, Paraguai-Paraná, o litoral Pacífico e as cordilheiras.

A política neoextrativista e a centralidade das *commodities* na linha de integração entre regiões brasileiras com as demais regiões da América do Sul, revela a funcionalidade dessas regiões no contexto de crise estrutural e evidencia regime de expansão de zonas de sacrifício em diversos territórios.

Esses mesmos interesses da elite agrária e política sustentam também o “Parecer Antidemarcação” - Parecer 001/2017 da Advocacia-Geral da União (AGU) - com a tese do marco temporal que tem sido utilizada para barrar, rever e anular os processos de demarcação das Terras Indígenas. O marco temporal é uma tese jurídica que visa restringir os direitos territoriais originários, defendido como pauta de ruralistas, grandes corporações, parlamentares, empresários e demais setores interessados na exploração dos territórios e na destruição da biodiversidade. A tese é uma violação histórica que agudiza a violência estrutural ao considerar o marco temporal de 1988 como base para demarcação.

Essas violações contra os territórios dos povos originários (demarcados, retomados e auto demarcados) possuem uma trajetória histórica e geopolítica que tem sido chamada pela socióloga Rivera Cusicanqui (2010) como horizonte colonial profundo que retrata como se reorganizam os mecanismos institucionais e as estruturas de poder a partir da presente democracia representativa-liberal. O Estado sempre irá condensar as



pressões sociais e econômicas para moldar o colonialismo, “o colonialismo não pode ser separado do estatismo (...) da propensão do Estado em expandir-se, conquistar e subjugar. O colonialismo é sempre um instrumento de Estado” (FERREIRA, 2018, p. 63).

O contexto de necropolítica no Brasil, de ascensão do protofascismo com a ultradireita militar e de expansão da Covid-19, evidenciam o Estado de Exceção que se estendeu à crise sanitária e que foi considerada pelo Estado como uma oportunidade para aprofundar a normatização do genocídio, a militarização e perseguição às lutas territoriais e direitos originários.

Esse Estado, ao mesmo tempo, fortaleceu os setores vinculados ao agronegócio como serviço essencial ao disparar a produção das *commodities* em detrimento da defesa da vida. Não é surpresa que em meio a uma das maiores crises de saúde global a política estatal reforçou a lógica neocolonial através das *commodities*, sobretudo, com a soja que tem aumentado a produção se comparado ao ano de 2019, seguida de várias outras como o minério de ferro, as carnes de boi e porco, além da cana e do cobre (MALHEIRO, 2020).

A compreensão dos problemas sociais, ecológicos e territoriais gerados pelo agronegócio implica entender a guerra sistemática contra a vida em suas múltiplas dimensões, contra os diferentes mundos e as fraturas metabólicas que sustentam a racionalidade neoextrativista. Implica compreender também o complexo de poder corporativo ou o pacto de poder ruralista que forma o congresso nacional e de modo mais amplo forma também o próprio Estado brasileiro.

A cadeia vinculada ao agronegócio não teve destaque somente durante a pandemia, mas tem sido central no processo de reprimarização da economia brasileira. O seu crescimento durante o período de crise sanitária demonstra o que representam as *commodities* na pauta de exportações, no desterro e na configuração da elite agrária no país.

No sul de Mato Grosso do Sul o agronegócio foi um dos principais setores que continuou operando e até acelerou o crescimento durante a crise de saúde, constituindo-se também como um dos setores de propagação da Covid-19 que afetou diretamente as/os trabalhadoras/trabalhadores da região, muitas delas e deles indígenas. Um dos setores responsáveis pela expansão da Covid-19 que afetou os territórios indígenas são os frigoríficos e agroindústrias da região de Dourados.



O primeiro caso de Covid-19 entre os povos originários em Mato Grosso do Sul ocorreu no município de Dourados, em pessoas que moram na Reserva Indígena de Dourados em situações de trabalho na JBS¹. O primeiro caso foi de uma mulher indígena que marca as faces dos impactos da pandemia marcadas também pela relações étnico-raciais, de gênero e classe.

A Reserva Indígena de Dourados teve o maior índice de casos positivos e óbitos por toda complexidade e vulnerabilidade que envolve sua configuração territorial desde a sua criação. De modo similar, no município de Caarapó os primeiros contágios na aldeia Teý'ikue foram em pessoas que estavam trabalhando nas usinas. Posteriormente, os casos se expandiram entre trabalhadoras/es de empresas transnacionais como a BRF e Raízen, setores de transnacionais que formam os pilares do agronegócio na região.

Em outro contexto socioespacial, no oeste do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, as primeiras pessoas indígenas infectadas pelo vírus foram dos povos Kaingang e Guarani Mbya que também trabalhavam nos setores vinculados à frigoríficos locais, a exemplo da JBS. O Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena (2020) demonstrou que muitos dos impactos relacionados ao agravamento da Covid-19 entre os povos originários, são resultados das atividades associadas ao avanço e manutenção do agronegócio, processo que tem sido desenvolvido de modo desenfreado e criminoso.

Importante pensar que se essa política de Estado é uma prática sociopolítica em forma de guerra, a pergunta que fica é: que lugar é dado à vida? sobretudo contra a vida de povos indígenas. Ainda, como estão inscritos na ordem e estrutura de poder? (MBEMBE, 2018). A necropolítica no contexto de pandemia em alguma proporção pode ser pensada junto à Mike Davis (2020) sob a perspectiva de que a pandemia expôs instantaneamente a divisão (guerra) de classes e as relações neocoloniais que a sustentam.

Diante das fendas da violência de Estado e da ofensiva neoextrativista, os povos indígenas fortaleceram ações coletivas de cuidado a partir da auto-organização e de redes de solidariedade compostos por conselhos tradicionais, coletivos independentes, organizações autônomas e por movimentos de luta pela terra.

¹ Destaca-se que a JBS é uma multinacional de origem brasileira e uma das grandes representantes do agronegócio no estado.



AÇÕES COLETIVAS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS COMO FONTE DE CUIDADO E AUTOGESTÃO COMUNITÁRIA NOS *TEKOHA*

As ações coletivas dos povos Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul se fundamentaram em um conjunto de práticas que foram associadas a campanhas de apoio mútuo, grupos de cuidado, à medicina tradicional e à espiritualidade que foram organizadas no tekoha. O *tekoha* é uma categoria originária que envolve toda a dimensão da vida e as relações territoriais ancestrais, compreendida como uma espacialidade constituída pelos múltiplos modos de ser kaiowá e guarani. É dimensão que conjuga as relações territoriais, as ecologias ancestrais e o cosmos.

O processo de auto-organização se estabeleceu como linha de frente da resistência no contexto de pandemia, não é algo novo e nem recente, mas ganhou novos contornos com ações coletivas voltadas ao enfrentamento a crise de saúde com o lema 'luta pela vida' junto ao Movimento Indígena em âmbito nacional.

Figura 1 - Movimento Indígena em Brasília na maior mobilização desde 1988



Fonte: Articulação dos povos indígenas no Brasil, 2021, s.p.



Figura 2 - Ações coletivas e controle territorial nos *tekoha* Kaiowá e Guarani



Fonte: Kunhangue Aty Guasu, 2020, s.p

Os povos Kaiowá e Guarani, assim como o povo Terena e outros povos originários, impulsionaram a autogestão comunitária como fonte vital do processo de autodefesa frente aos ataques constantes à suas vidas e diante do aprofundamento da vulnerabilidade ambiental e territorial instituída pelo Estado e pela ofensiva ruralista.

As ações coletivas dos povos formaram as dinâmicas de auto-organização e cuidado tendo como principal alicerce as ciências indígenas, especialmente suas relações com a cosmologia e a espiritualidade enquanto força motriz. Foram fortalecidas estratégias e ações autônomas frente às violências e adversidades que atravessaram a pandemia em diferentes contextos territoriais.

De acordo com o manifesto de emergência de saúde construído pelas organizações de base e conselhos como a Aty Guasu, a Kuñangue e a Retomada Aty Jovem (2020) no que se refere às ações comunitárias voltadas a práticas de controle territorial como as barreiras sanitárias, o processo envolveu agentes e equipes indígenas atuando nos 3 turnos, que tiveram que fazer o enfrentamento à falta de acesso a água e ao pouco acesso aos equipamentos de proteção individual (EPIs).

Em conversa com um interlocutor agente de saúde foi ressaltado como a falta de equipamentos de proteção afetou uma ação mais imediata das/os agentes comunitários, e ao mesmo tempo, foi destacado a importância do processo de auto-organização dessas/es

181



agentes em comissões independentes para o compartilhamento de orientações nos territórios:

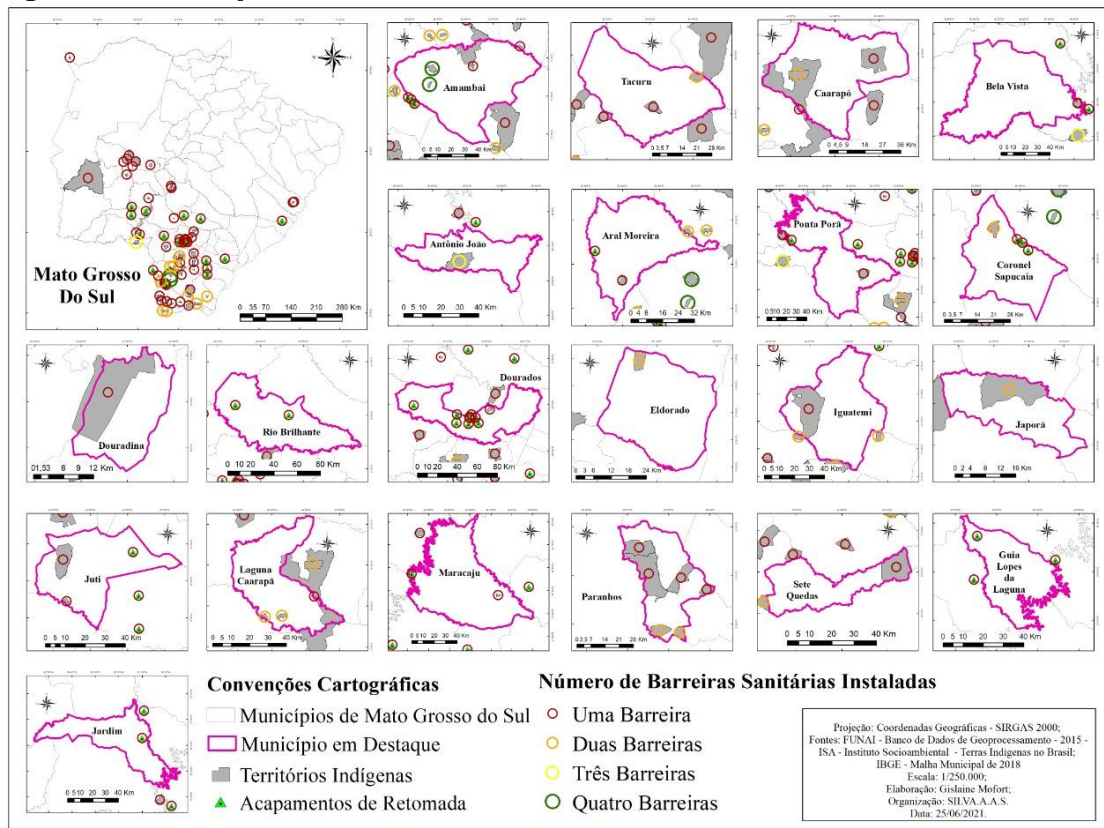
Nós montamos uma comissão dentro da aldeia Bororó e a gente não teve apoio do poder público com relação a EPI's e demais materiais para a gente trabalhar, para atender a nossa comunidade. Inclusive, quando começou a pandemia, a gente afastou uns 30 dias porque não tinha equipamento. E se a gente dependesse do poder público a gente não ia trabalhar até agora. E a gente montou uma comissão independente formada por muitos agentes de saúde que se organizaram na comunidade. Devido a isso, conseguimos equipamentos e materiais para usar no nosso serviço. Porque devido a isso conseguimos ajudar nossa população. É difícil porque a gente não tem apoio do setor público que deveriam ajudar (José - *tekoha* Nhu Vera I, informação verbal, 2021)

Foram mais de 60 barreiras formadas pela mobilização de educadoras/es Kaiowá e Guarani, estudantes, conselheiras/os, moradoras/es de diversos *tekoha*, em uma grande teia de atuação que articulou uma rede fundamental para o cuidado comunitário. A espacialização das barreiras revela a descentralização das ações comunitárias e como elas se expressaram no horizonte da auto-organização da rede de mobilização que atuou em diferentes atividades.

Essas barreiras como processo de controle territorial foram crescendo gradualmente com as comunidades organizadas em prol das ações de orientação sobre a pandemia, os sintomas da doença e sobre a importância das formas de cuidado em cada *tekoha*. O mapa (Figura 3) evidencia a organização das barreiras.



Figura 3 - Distribuição das barreiras sanitárias nos territórios Kaiowá e Guarani



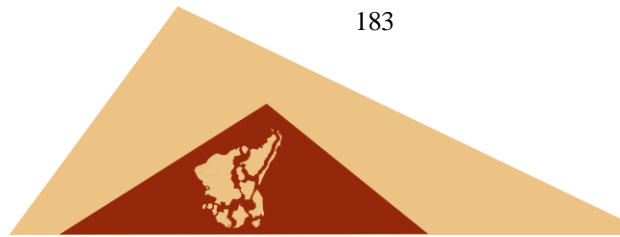
Fonte: Monfort, 2022, p.124

Ouvindo um interlocutor da retomada Guyra Kambi'y que esteve atuando diretamente nas frentes de auto-organização, foi relatado:

Depois que o coronavírus chegou, os Kaiowá também fizeram as barreiras sanitárias, para ninguém pegar o coronavírus. Isso seria para os brancos. Os Kaiowá da comunidade que eu moro autorizou fazer barreiras com urucum e *jehovasa* antes da chegada na retomada. Isso seria como maior proteção, porque a doença, você não vê, a doença pode chegar com você, isso para os Kaiowá. Para os Kaiowá a doença não está em você, ela vem com você (Kunumi Poty Rendy'i - *Tekoha* Guyra Kambi'y, informação Verbal, 2021)

Diante do avanço da pandemia, a força de cuidado esteve alicerçada no *ñembo'e* (reza) e no *jehovasa* (modos de proteção), assim como no cultivo da terra por meio das tecnologias sociais/ancestrais e no uso da medicina tradicional. Esses elementos contribuíram nas ações coletivas frente ao *mba'etirõ*, *anguérye añã* (dono das enfermidades).

A linguagem, os sentidos e significações da espiritualidade são vitais para a mobilização a favor da auto-organização e da experiência coletiva de cuidado. Nesse



processo de luta pela vida e de fortalecimento do cuidado coletivo, a medicina tradicional também foi fundamental apesar do intenso desmatamento no sul do estado que dificulta o acesso à flora. O pouco que resta está em territórios (homologados ou retomados) em que estão os povos Kaiowá e Guarani que cultivam o cuidado e ações de recomposição nos pequenos fragmentos de mata.

A flora medicinal é uma importante fonte da memória biocultural, conseqüentemente também, uma fonte de cura, de proteção/defesa territorial e de horizontes para a recuperação ecológica. Em conversa com *Kunumi Poty Rendy'i* da retomada Guyra Kambi'y, foi relatado a centralidade desses elementos na autodefesa frente a doença no *tekoha* em que vive:

sempre usamos como proteção as nossas medicinas tradicionais, os anciões sempre falam da importância das plantas medicinais, como *ysy*, *nharakātigy* – cedro e *ka'ane*. Outro principal elemento de proteção é o urucum, que seria como escudo com o *jehovasa*, se pintar com urucum e fazer o *jehovasa* seria como arma, uma arma tão forte que ajudasse a combater a doença. Espanta o mal, principalmente o cedro. E quando chegou a pandemia nos territórios, aqui em Guyra Kambi'y, a comunidade já pedia para usar o urucum e fazer o *jehovasa*. Isso é o que foi falado para a comunidade fazer, remédio para gripe através das plantas. E os rezadores rezavam para a doença não espalhar muito entre os territórios (*Kunumi Poty Rendy'i - Tekoha Guyra Kambi'y*, informação Verbal, 2020).

Os processos de organização situado no fortalecimento das ciências indígenas, constituíram um importante eixo das ações autônomas e foram inteiramente articuladas aos sentidos da crítica contra a destruição massiva causada pelos *karaí*, a violência de Estado e as ofensivas ruralistas. Todo esse movimento expressa diferentes dimensões da política dos povos originários e poderia ser pensado em diálogo com o que foi chamado pelo autor do povo Añuu Jose Quintero Weir (2021) de “tempo de volta do nós”. O “tempo de volta do nós” é espaço-tempo de retomadas, autodemarcações e levantes que se fortalecem desde as autonomias indígenas e dos territórios de cada povo.

As ações políticas fortalecidas pelos povos Kaiowá e Guarani estiveram alicerçadas nas memórias de resistência ancestral do *ava reko* (dimensão e categoria política que envolve a forma de vida tradicional e saberes êmicos) (PEDRO, 2020). O horizonte político do *ava reko* moveu a grande mobilização e iniciativas de compartilhamento de sementes, mudas, formas de cuidado por meio das floras



medicinais, de construção das roças e hortas comunitárias, além de ações de construção de espaços de fortalecimento político-espiritual como a *ongusu/oga pysy*.

Os discursos políticos destacaram que a prioridade foi a defesa da vida e o cuidado com a terra, para manter vivo o território a partir das lutas e ecologias ancestrais. Conforme relatado por um interlocutor educador e pesquisador kaiowá:

Desde o início da pandemia a gente esteve fazendo a horta, que deu muito certo, a gente tem oito hortas na comunidade. Quando tem horta ou roça, as crianças e jovens acompanham a mãe, já tá plantando ajudando o pai. Onde tem água a gente já fala de plantar uma árvore e através das plantas medicinais a gente vai recuperando ambientalmente, trazendo os *jára* novamente, fortalecendo a espiritualidade. Em um lugar que não tem árvores e não tem sombra, a gente não é feliz. Então devemos plantar, e os *jára* vão gostar, porque ele está indo embora porque os brancos tiraram a mata (*kwarahy rendyju - Tekoha* Panambizinho, informação Verbal, 2020).

O povo Kaiowá reconhece que seu papel nesse processo é manter o cuidado mútuo e o fortalecimento da espiritualidade para reaproximação dos *jára* e para que seja possível restabelecer o *tekoha* e todo o sistema socioecológico saudável. Há um papel crucial dos *jára* na multiplicidade da recomposição da vida da floresta e na resistência contemporânea pela retomada dos territórios. Esses princípios cosmopolíticos orientaram a ação contra hegemônica ao agronegócio, à escassez e à pandemia. Para Anastácio Peralta:

A terra, o solo é o berço da semente, é onde ela vai ficar adormecida, dormindo até cair a água da chuva, que desce do céu para abençoar a semente. Então na hora que cai a água, a semente acorda e começa a criar raiz e a nascer. Nessa visão, a sustentabilidade é um conjunto de forças, de movimentos, de acontecimentos, que precisam acontecer de forma dinâmica e sincronizada. Tudo tem que estar interconectado (...). Um povo sustentável tem que estar forte na sua fé e essa espiritualidade envolve muitos aspectos que regem a vida do meu povo. Por isso abordo a sustentabilidade Kaiowá e Guarani a partir dos seguintes subtemas: sustentabilidade espiritual, sustentabilidade territorial, sustentabilidade alimentar e sustentabilidade ambiental (PERALTA, 2022, p. 32)

Sob olhar semelhante, mas desde outro ponto de vista, a pesquisadora kaiowá Veron (2018) enfatiza que o território, a espiritualidade e as ciências indígenas fortalecem as formas de ser e viver e devem ser retomados para enfrentar o modelo devastador dos *karaí*. O *ava reko* depende do *tekoha* e da Mãe Terra, assim como a Mãe Terra também necessita de seus guardiões, os povos originários (VERON, 2018).



Em uma crítica ao projeto neoextrativista e ao modo de produção capitalista de epidemias e pandemias, um interlocutor e liderança comunitária do *tekoha* Panambizinho relata a necessidade de nos relacionarmos melhor com a teia de vida que compõe a Terra:

A gente precisa amar melhor a natureza, e não está acontecendo isso. Mas pode ver que nós guarani-kaiowá, nós rezamos para a terra e as sementes. Os *karaí* passa veneno, mete fogo, aí passa veneno na semente, vai colher passa veneno de novo, e aí ele come também. Com toda inteligência dele, ainda tem dificuldade de entender o que é bom para ele mesmo. Parece tão sábio, mas ainda não descobriu que a natureza faz parte dele e que ele faz parte da natureza. Não tem divisão. Não existe ser humano que não seja parte da mãe terra, desde a alimentação é a terra que produz. Então a gente precisa entender melhor, e os *karaí* precisam se perguntar, 'o que é natureza para gente?'. Já pensou se não tivesse terra? Não ia ter vida! A natureza oferece tudo para nós, alimento, matéria para fazer as nossas casas, para fazer o fogo, e tudo que precisamos. Então nós somos parte de tudo (kwarahy rendyju - *Tekoha* Panambizinho, informação Verbal, 2020).

Os discursos políticos que emergem em oposição ao *karaí reko* se constituem na realização de uma crítica à fissura metabólica que sustenta o projeto neoextrativista e a racionalidade capitalista. Ainda sob o prisma dessa reflexão, a pesquisadora Guarani Kaiowá Sônia Pavão destaca:

a busca pelo equilíbrio da nossa Mãe Terra precisa ser pensada como uma ação coletiva e comunitária para fortalecer e recuperar a riqueza da natureza. Isso quer dizer que para nós, as plantas, os animais, a água, a terra, o ar, as pedras, as montanhas, ou seja, tudo que compõe o planeta tem vida e merece ser cuidado e protegido. Ao contrário dos brancos que veem tudo como mercadoria e só pensa em ganhar dinheiro em cima da morte da natureza (PAVÃO, 2021, p.121)

Há que se destacar que nesse contexto de luta pela vida, de enfrentamento à Covid-19 e de mobilizações comunitárias voltadas ao compartilhando de mudas e fortalecimento das roças nos *tekoha*, as ações políticas do movimento de mulheres se constituíram como cruciais. Essas ações se expressam na atuação direta no controle territorial com as barreiras sanitárias, em outras ações comunitárias como a atuação na saúde indígena e por meio do fortalecimento político-espiritual com as *ñande sy*, com o cultivo das sementes, no preparo da flora medicinal ou nas mobilizações das organizações de base.

O modo de fazer política alicerçados nas formas de luta das mulheres formou a linha de frente às diferentes configurações de violência estatal- agroempresarial e fortaleceu as dimensões que nos permitem constatar geográfica e etnograficamente a importância ecológica e política dos conhecimentos tradicionais, dos saberes das



mulheres e da luta pela retomada dos territórios ancestrais como fundamentos de práticas de cuidado, dos modos de pensar a saúde e da busca incessante pela recomposição das forças da terra. Como enfatizado por uma companheira; “a mulher além de trazer a vida (...) defende a vida” (Mari - *Tekoha* Guyraroka, informação Verbal, 2021).

Pela memória coletiva e pela luta, se expressou um conjunto de ações comunitárias contra o modo de produção capitalista de epidemias/pandemias e contra a violência de Estado. As autonomias indígenas formaram a defesa dos processos de autodeterminação política-territorial e apontaram horizontes de auto-organização e cuidado com a terra diante das fendas e engrenagens neoliberais e neoextrativistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto é resultado de um conjunto de reflexões construídas coletivamente durante o mestrado, teve como motivação e princípio uma Geografia da escuta e do aprendizado com as práticas de lutas kaiowá e guarani, sob a perspectiva da importância das ações coletivas e das formas de autodefesa diante da expansão da pandemia, de intensificação da violência de Estado e de expansão da política ruralista.

O conjunto de ofensivas contra os povos originários evidenciam a agudização da política genocida e os efeitos da militarização dos órgãos governamentais indigenistas que estiveram indiferentes e não atuaram como poderiam/deveriam no apoio ao fortalecimento do cuidado e da autodefesa construída pelos povos originários. Nesse contexto, o Movimento Indígena em escala local e nacional esteve à frente da luta pela vida diante dos impactos diretos da expansão da crise sanitária e o terrorismo de Estado e do agronegócio.

Em contexto local, mesmo diante de processos tão brutais de devastação ecológica massiva, de vulnerabilidade territorial e de crise sanitária, a resistência ancestral kaiowá e guarani cultivou a luta em defesa da vida e do *tekoha* frente da política ruralista. A memória viva das/os que tombaram fortaleceu a luta das e dos que permanecem pavimentando novos caminhos de retomadas e resistências.

Frente ao difícil cenário de expansão da crise de saúde, da política genocida e de ataques às Terras Indígenas e aos territórios retomados, os Kaiowá e Guarani, assim como outros povos originários no Brasil, encorajaram processos de autogestão para enfrentar a



expansão do vírus nos territórios, dinâmica que envolveu uma grande teia de mobilização entre as organizações de base, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e Articulação Nacional Das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade em uma rede de ações coletivas e apoio mútuo.

Todo esse contexto ainda nos permitiu o aprendizado com a potência organizativa que atravessou o âmbito nacional com os povos originários na primeira linha de resistência contra o profascismo e a política genocida/ecocida instituída pelo Estado brasileiro. Construíram o acampamento ‘Luta pela Vida’, ‘Levante pela Terra’ e a ‘Marcha das Mulheres Indígenas’ que foram grandes ações que possibilitaram uma reflexão profunda sobre os caminhos tecidos desde luta coletiva, desde a auto-organização e solidariedade entre povos. A afirmação da vida, da diversidade e da diferença foi a força motriz de resistência diante da ofensiva estatal-empresarial.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce. “Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. **Campos-Revista de Antropologia**, Paraná, v.15, n.1, p. 129-144, 2014.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, São Paulo, n.75, p. 76-84, 2007.
- BRASIL. **Painel Coronavírus**. Plataforma Coronavírus Brasil, 2021. Disponível em: < <https://covid.saude.gov.br/> >. Acesso em: 12 jan. 23.
- DAVIS, Mike et al. **Coronavírus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020.
- DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, p.139-154, 2002.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, v.13, n. 2, p. 153-167, 2011.
- FERREIRA, Andrey Cordeiro. Nacionalismo e Internacionalismo na teoria política anticolonial e pós-colonial. In: Coletivo Editorial Adandé (org.). **Anarquismo Anticolonial**. Bahia: Editorial Adandé, 2018. p. 29-82.
- FIGUEIRÓ, Adriano Severo. Biogeografia, historicidade e episteme: notas para a compreensão de uma natureza híbrida no antropoceno. **Humboldt - Revista de Geografia Física e Meio Ambiente**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 2021.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Record, 1999



KRSTULOVIC, Claudia Lora. CAM, Jorge Lora. La política colonial del despojo y los límites planetarios: las pandemias. In: VILLAVICENCIO, John Kenny Acuña. OSORIO, Ever Sánchez. ZEPEDA, Manuel Garza (coords.). **Cartografías de la pandemia en tiempos de crisis civilizatoria**. Aproximaciones a su entendimiento desde México y América Latina. México: Ediciones La Biblioteca, 2020. p. 37-54.

KUNHANGUE ATY GUASU. Plataforma Kunhangue Aty Guasu. 2020. Disponível em: < <https://www.kunangue.com/> > . Acesso em: 06 mai. 2021.

LEFF, Enrique. Complexidade, Racionalidade Ambiental e Diálogo de Saberes. **Educação e Realidade**, v. 34, n. 3, p. 17–24, 2009.

MACHADO ARÁOZ, Horacio. PAZ, Federico. Extractivismo: metabolismo necroeconómico del capital y fagocitosis de las agro-culturas. Reflexiones y aprendizajes desde las re-existencias campesinas en el Valle del Conlara. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. HOCSMAN, Luis Daniel (Orgs.). **Despojos y resistencias en América Latina, Abya Yala**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2016. p. 141-174.

MALHEIRO, Bruno Cezar; MICHELOTTI, Fernando; SABINO, Thiago Alan Guedes. Aqui o capitalismo não parou! Espoliação e brutalidade em tempos de pandemia, o que a amazônia tem a dizer?. **GEOgraphia** Niterói, v, 22, n. 48, p. 33-50, 2020.

MALHEIRO, Bruno Cezar. Mineração e territorialização de exceção na Amazônia: a geografia em ruínas dos Grandes Projetos. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 40, n. 01, p. 1–24, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. São Paulo, SP: Ed. n-1 edições, 2018.

MONFORT, Gislaine. **Autonomias indígenas, luta pela vida e modos de autogestão comunitária dos povos Kaiowá e Guarani**. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas – UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, 2022. 213p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

PAVÃO, Sônia. **Conhecimentos Tradicionais Guarani e Kaiowá como fontes de autonomia, sustentabilidade e resistência**. Dourados: Faculdade Intercultural Indígena – UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, 2021. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade).

PEDRO, Gileandro Barbosa. **Ore Rekohaty (Espaço de pertencimento, lugar que não se perde): do esbulho das terras à resistência do modo de ser dos Kaiowá da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica em Douradina MS (1943-2019)**. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas – UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, 2020. Dissertação (Mestrado em História).

PERALTA, Anastácio. **Tecnologias Espirituais: Reza, Roça e Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani**. Dourados: Faculdade Intercultural Indígena – UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, 2021. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade).

QUINTERO WEIR, José Ángel. El Sentipensar añuu y sus palabras claves. En torno a la configuración añuu de su sentipensar. **Revista de la Facultad de Ciencias de la Educación**, Barranquilla, Puerto Colombia, v. 1. n. 1, p. 92-113, 2016.



RIVERA CUSICANQUI, **Silvia**. **Ch'ixinakax utxiwa**. Una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta limón, 2010.

QUINTERO WEIR, José Angel. Da 'vida ontológica' ao Tempo de Volta do Nós'. Amazônia Latitude, 2021. Disponível em: <https://amazonialatitude.com/2021/04/06/davirada-ontologica-ao-tempo-de-volta-do-nos/> > . Acesso em: 06 abr. 2021.

VITTOR, Amy Y.; LAPORTA, Gabriel Zorello.; SALLUM, Maria Anice Mureb. How deforestation helps deadly viruses jump from animals to humans. The Conversation. Disponível em: < <https://theconversation.com/how-deforestation-helps-deadly-virusesjump-from-animals-to-humans-139645> > . Acesso em: set. 2020.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências**. Guadalajara: Ed. Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados en Humanidades y Ciencias Sociales, 2019.

STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo, SP: Ed. Cosac Naify, 2015.

VERON, Valdelice. **Tekombo'e kunhakoty: modo de viver da mulher kaiowá**. Brasília: Programa de Pós-graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável - UnB - Universidade de Brasília, 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Sustentabilidade).

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O recado da mata. In: KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2015. p. 11-41

WALLACE, Robert. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. Tradução: Allan R. de Campos Silva. São Paulo, SP: Ed. Elefante, 2020.

Recebido em setembro de 2022.

Revisão realizada em novembro de 2022.

Aceito para publicação em janeiro de 2023.